



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Informações sobre educação inclusiva. Incompletude das informações fornecidas. Ausência de dever de tratamento, tabulação ou consolidação de dados. Possibilidade de consulta direta aos dados primários, se disponíveis. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 064/2018

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Educação, número SIC em epígrafe, para acesso a relatório sobre escolas em que crianças com deficiência são direcionadas na cidade de São Paulo em 2018, bem como dados sobre educação inclusiva na cidade em 2017.
2. Em resposta, o ente prestou informações sobre o fluxo de matrícula de crianças advindas da educação infantil e sobre o encaminhamento dado a crianças com deficiência. A ausência de resposta recursal motivou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, a Secretaria informou que dados relativos ao ensino básico são disponibilizados no Censo Escolar, sendo que dados anteriores à data-base do Censo são incompletos, não dispondo a Pasta de informações precisas sobre as matrículas.
4. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública, buscando assegurar o acesso a dados, documentos e informações disponíveis e custodiadas pelo Estado, nos termos do artigo 11.
5. No caso concreto em análise, verifica-se que o solicitante formulou seu pedido de acesso para obter informações sobre o direcionamento de crianças com deficiência oriundas de escolas municipais em escolas estaduais e dados sobre educação inclusiva, sendo que a Secretaria atendeu parcialmente, informando sobre o encaminhamento de crianças com deficiência e indicando o Censo Escolar para consulta, nos termos do artigo 11, §1º, inciso III, da Lei de Acesso à Informação.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Contudo, em relação aos dados recentes relativos à educação inclusiva, não foi facultado o acesso solicitado, tendo a Pasta afirmado que não dispõe de dados precisos e confiáveis para envio antes da data-base do Censo.
7. Nesse sentido, recorda-se que a Lei de Acesso à Informação visa à disponibilização de informações e dados já existentes e custodiados pela Administração Pública, não sendo exigíveis dos órgãos públicos trabalhos adicionais de análise, interpretação, consolidação, produção ou tratamento de dados para atendimento a pedido de informação, sendo suficiente a entrega das informações detidas no formato em que se encontrem (art. 11, §6º da Lei Federal nº 12.527/2011), sendo possível oferecer meios para pesquisa direta do interessado, garantindo-se acesso aos dados primários, de acordo com o artigo 7º, inciso IV.
8. Deste modo, desde que preservadas eventuais informações pessoais ou protegidas por específica previsão legal, a caracterizar alguma das restritas exceções à regra geral da transparência, mostra-se necessário facultar consulta direta pelo interessado, sendo recomendável que o órgão público disponibilize meios para o demandante realizar, diretamente, pesquisa junto aos expedientes pertinentes, para a obtenção das informações a que pretende ter acesso, conforme previsão do artigo 11, §1º, inciso I, e §3º, da Lei nº 12.527/2011, comunicando-se local e modo para tanto, de forma a atender à sistemática da Lei de Acesso à Informação.
9. Diante do exposto, em razão da falta de integral atendimento da demanda até o presente momento, havendo obrigatoriedade de ser facultado o acesso a dados públicos no formato em que se encontrem, inclusive mediante consulta direta do interessado no local, **conheço do recurso** e, no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, §1º, inciso III, §3º e §6º da Lei de Acesso à Informação, e artigo 20, I, do Decreto n. 58.052/2012, devendo-se, nos termos do §2º daquele artigo, adotar as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
10. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 22 de fevereiro de 2018.


GUSTAVO UNGARO

OUVIDOR GERAL DO ESTADO

ML